



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO EXERCÍCIO 2018

Temos a satisfação de apresentar a Vossa Senhoria o Balanço Geral da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Santiago, relativo ao exercício de 2018, acompanhado da exposição que visa demonstrar a situação econômica-financeira do Município na forma da Resolução nº 962/2012 do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1 ORÇAMENTO

A Lei para o exercício de 2018 de nº 74/2017 estimou a Receita e fixou a Despesa em R\$150.000.000,00. Entretanto, a abertura de Créditos Adicionais no decorrer do exercício, como também a transferências de Créditos Especiais, veio a alterar estas cifras, como demonstra o quadro que segue:

DESPESA FIXADA		R\$	150.000.000,00
CRÉDITOS SUPLEMENTARES	R\$	27.620.323,37	
CRÉDITOS ESPECIAIS	R\$	675.998,07	
REDUÇÕES	R\$	17.313.813,72	
DESPESA AUTORIZADA		R\$	160.982.507,72

1.2 – CRÉDITOS ADICIONAIS

No exercício considerado foram autorizados Créditos Adicionais que somaram R\$ 28.296.321,44, sendo que o montante de Créditos Suplementares foi de R\$ 27.620.323,37, e Créditos Especiais no valor de R\$ 675.998,07 Foram utilizados os recursos abaixo discriminados de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Município de Santiago – Poder Executivo
Gabinete do Prefeito

Superávit Financeiro Exercício Anterior	RS	2.138.143,61
Excesso de Arrecadação	RS	8.844.364,11
Redução de Dotações	RS	17.313.813,72
Reabertura	RS	0,00
TOTAL	RS	28.296.321,44

Foram relacionados no Balanço, os Créditos Adicionais abertos durante o exercício, no Demonstrativo das Alterações Orçamentárias.

1.3 – ANÁLISE DA RECEITA

A Receita Orçamentária e Intra-Orçamentária efetivamente arrecadada foi na ordem de R\$ 144.311.643,96 verificando-se uma arrecadação a menor de R\$ 28.517.722,06, em relação a previsão atualizada de R\$ 172.829.366,02 da Receita no exercício considerado traduz-se nos anexos 2 e 10 da Lei 4320/64.

1.4 - ANÁLISE DA DESPESA

A Despesa inicialmente autorizada de R\$ 150.000.000,00 foi alterada conforme os Créditos Adicionais já citados, para R\$ 160.982.507,72. Despesa realizada alcançou R\$125.463.315,74, conforme demonstra os relatórios da Lei 4.320/64, nos anexos 2 ao 11.

A maior concentração de dispêndio, deu-se em Pessoal e Encargos Sociais, no valor de R\$ 80.095.230,33 que representa 70,40% do total da despesa corrente.

Nas Despesas de Capital, o valor realizado deve-se ao pagamento da Dívida Fundada com o INSS, PASEP, Operação de Crédito e FAPS valor de R\$ 1.982.855,10, representando o percentual de 23,41% desta categoria financeira, e quanto aos investimentos o valor R\$6.487.249,28 que representa 76,59%.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Município de Santiago – Poder Executivo
Gabinete do Prefeito

1.5 EQUILÍBRIO ENTRE RECEITA E DESPESA

O orçamento inicial foi de R\$ 150.000.000,00, dividido entre diversos recursos, entre eles os próprios (Livre, MDE e ASPS), bem como do Fundo de Aposentadoria, e os Federais e Estaduais.

Durante cada mês do exercício houve o comparativo das estimativas com a arrecadação, sendo que esta arrecadação estava sendo comparada com o histórico de três anos para verificar o comportamento orçamentário.

Como verificou-se, o orçamento de 2018, foi calculado dentro das premissas estipuladas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, e o seu acompanhamento foi muito rígido durante o exercício. Não houve formalização da limitação de empenho, contudo as despesas foram suprimidas durante o exercício por cada Órgão/Secretaria, visando o controle na execução da despesa, o cumprimento dos prazos estipulados nos pagamentos de fornecedores, que em 2017 estava atrasado, em virtude dos atrasos em repasses de programas e convênios, bem como na execução da cobrança das dívidas.

Neste ano, a administração do Poder Executivo, trabalhou buscando parceiros em várias ações, como por exemplo, a festividade do Aniversário da cidade, onde muitas empresas patrocinaram as despesas, e com isso não houve dispêndio financeiro por parte do ente, entre várias outras situações.

Como já foi explanado, algumas receitas não atingiram a sua previsão, contudo outras superaram, mantendo assim o equilíbrio nas previsões. Ainda verificasse que algumas receitas de programas Federais e Estaduais, não foram repassadas, e estão inscritas em Restos a Receber, bem como outras nem foram executadas, pois não ocorreu a efetivação dos repasses.

Este ano, observamos que os anseios, as necessidades tanto da população, quanto dos gestores, foram administradas de acordo com a realidade que se apresentou neste exercício. Superamos a maior crise financeira desde 1929, em 2017 e 2018, sempre cuidando para atingir as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal. Com base no exposto, verifica-se que o Gestor, em frente toda essa crise financeira, administrou com responsabilidade e segurança as suas decisões.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Município de Santiago – Poder Executivo
Gabinete do Prefeito

Outra ponderação: a falta de repasses na área da saúde, assistência social e convênios, conforme Tabela nº 02, registrado na Contabilidade em 31/12/2018, ocasionando suplementação de verbas, através de recursos ASPS – Livre, dificultando no final do exercício, mais precisamente no mês de dezembro/2018 a continuidade e qualidade da prestação de serviços à população.

Outro ponto, são as demandas judiciais, entre outras despesas, pois muitos processos são de cunho da esfera estadual e federal, e que o Município sofreu sequestro ou bloqueio de valores, muitos por sinal foram devolvidos parcialmente, outros contudo não houve retorno.

Tabela nº 02 - RESTOS A RECEBER

CRÉDITOS DECORRENTES DE TRANSFERÊNCIAS	RS	2.250.068,85
UNIÃO	RS	457.507,25
ESTADO	RS	1.792.561,60
RECURSOS DA SAÚDE	RS	1.697.349,22
CONVÊNIOS	RS	95.212,38

2. DÍVIDA PÚBLICA

a) DÍVIDA FUNDADA

A Dívida Fundada que compreende os compromissos de exigibilidade superior a doze meses, constituídos para atender ao desequilíbrio orçamentário ou a financiamento de obras e serviços públicos, montou a R\$ 8.448.514,27 previamente autorizado por Lei, nos termos das disposições do diploma legal da Lei nº 4.320/64.

b) DÍVIDA FLUTUANTE

A Dívida Flutuante, no montante de R\$ 3.052.199,98 referente ao Poder Executivo, e R\$ 7.188,88 referente ao FAPS, está apresentada no Balanço no Demonstrativo de Empenhos Inscritos em Restos a Pagar Processados e não Processados.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Município de Santiago – Poder Executivo
Gabinete do Prefeito

3.RELATÓRIO SOBRE O MDE

3.1.RELATÓRIO FÍSICO

O presente documento tem o fim de relatar as ações, projetos e atividades executadas ao longo do exercício de 2018 referente à manutenção e desenvolvimento do ensino e do FUNDEF.

No ano de 2018 os recursos do FUNDEF além de permitirem o pagamento da folha de pessoal, sempre nas datas previstas, auxiliaram na Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental até o limite de 40%.

Foi reduzido o valor de Plus FUNDEF não utilizado o valor de R\$ 316.201,98 e R\$ 33.445,00 referente a dedução do valor dos empenhos nº 1806 e 1807/2018 justificados no 6º Bimestre de 2017, conforme segue:

“No momento deste ajuste, o PAD apresentou um gasto com a Educação de 24,98%. Contudo, constatamos que ocorreram muitos outros gastos com Educação não pagos, ou seja Restos Processados a Pagar, e por este motivo, como inúmeros gastos foram com Salário Educação, ponderamos em anular o empenho 18.784/2017 – no valor de R\$ 33.445,00 e pagá-lo em 2018 como recurso MDE do exercício de 2017, fechando o índice em 25,03%.”

Após estas deduções os gastos constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB) totalizaram 25,03%

3.2. RELATÓRIO FINANCEIRO GERENCIAL

a) DO ORÇAMENTO:

A Lei nº 74/2017, estimou a RECEITA proveniente de Impostos, Transferências Constitucionais, Dívida Ativa, Plus do FUNDEB, de acordo com as exigências legais.

De acordo com a Constituição Federal e Lei 9394/96, uma parte desta Receita destina-se 25% (vinte e cinco por cento) à Função Educação, sendo que a



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Município de Santiago – Poder Executivo
Gabinete do Prefeito

Educação Básica totalizou em R\$ 28.289.490,67, deduzindo o plus FUNDEB e Rendimentos de Aplicação Financeira no valor de R\$ 7.859.714,80, finalizou um gasto de R\$ 20.429.775,87.

4.RELATÓRIO SOBRE O ASPS

4.1.RELATÓRIO FÍSICO

O presente documento tem o fim de relatar as ações, projetos e atividades executadas ao longo do exercício de 2018, referente: Ações e Serviços Públicos de Saúde, e rendimento de aplicações financeiras.

4.2. RELATÓRIO FINANCEIRO GERENCIAL

a) DO ORÇAMENTO:

A Lei nº.74/2017, estimou a RECEITA proveniente de Impostos, Transferências Constitucionais, Dívida Ativa e Rendimento de Aplicações Financeiras de acordo com as determinações legais.

A Despesa executada em 2018 foi de R\$13.039.773,83, devido as necessidades na área da saúde e judicializações, o índice da Saúde foi de 15,97%, cumprindo além da exigência legal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram ressaltados neste relatório, os principais aspectos da gestão financeira e econômica do exercício de 2018, estando o setor de Contabilidade a disposição para os esclarecimentos que forem necessários.

Santiago, 29 de janeiro de 2019.

TIAGO GÓRSKI LACERDA

Prefeito Municipal